



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**VALQUÍRIA CAVALCANTE DA SILVA**

**REFLEXÕES SOBRE O PNAIC E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

**CAMPINA GRANDE  
2019**

VALQUÍRIA CAVALCANTE DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE O PNAIC E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação/Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-PB, Campus I, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra Wanderléia Farias Santos

**CAMPINA GRANDE  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Valquiria Cavalcante da.  
Reflexões sobre o PNAIC e o processo de alfabetização  
[manuscrito] / Valquiria Cavalcante da Silva. - 2019.  
29 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2020.  
"Orientação : Profa. Dra. Wanderléia Farias Santos,  
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."  
1. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa -  
PNAIC. 2. Alfabetização. 3. Ensino de língua portuguesa. 4.  
Leitura. I. Título

21. ed. CDD 372.6

VALQUÍRIA CAVALCANTE DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE O PNAIC E O PROCESSO DE  
ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(TCC) apresentado a/ao  
Coordenação /Departamento do  
Curso de Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Graduação em Pedagogia.

Aprovada em: 09/12/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Wanderléia Farias Santos

Prof. Dr. Wanderléia Farias Santos (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Kátia Farias Antero

Prof. Me. Kátia Farias Antero  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mary Delane G. de Santana

Prof. Me. Mary Delane G. de Santana  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICO primeiramente o meu trabalho a DEUS, em segundo aos meus pais, minha filha e esposo, que durante essa jornada foram o meu porto seguro.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. A GARANTIA DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS.....	8
3. LÍNGUA PORTUGUESA: PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO .....	12
4. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM .....	14
5. ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA .....	18
6. CONCLUSÃO .....	25
REFERÊNCIAS.....	27

# REFLEXÕES SOBRE O PNAIC E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Valquíria Cavalcante da Silva.

## RESUMO

O presente trabalho aborda reflexões acerca do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o processo de alfabetização, analisando quais estratégias são utilizadas para despertar a leitura dentro da disciplina de Língua Portuguesa. A metodologia utilizada para a realização desse estudo foi a pesquisa bibliográfica, realizada por coleta de dados por meio de informações a partir de artigos e demais materiais de caráter científico com o objetivo de analisar quais estratégias de ensino o PNAIC utiliza no seu processo de alfabetização e quais critérios metodológicos são desenvolvidos para esse processo. Os autores utilizados como fonte teórica foram: Almeida (2003); Boccato (2006); Teresa Colomer (2007); Giusta (1985); Angel Pérez Gómez (1995); Freire (1996); Rinaldi (2002); Isabel Solé (1998); Silva (2003); Soares (2003) e Piaget (1998, 2007) e estudos da coleção do PNAIC (2012). Portanto, conclui-se que o PNAIC tem promovido mudanças socioeducativas, com novas perspectivas quanto ao processo ensino-aprendizagem; através de suas metodologias, disponibilizadas pela Secretaria de Educação, para as escolas, auxiliando os professores na sua prática pedagógica; através de atividades, livros didáticos, obras pedagógicas complementares e jogos educativos de acordo com a alfabetização e a individualidade de cada criança, contribuindo para que estejam letradas e alfabetizadas até a idade certa.

**Palavras-chave:** PNAIC. Língua Portuguesa. Alfabetização.

## ABSTRACT

The present work addresses reflections about the National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC) and the literacy process, analyzing which strategies are used to awaken reading within the Portuguese language discipline. The methodology used to carry out this study was bibliographic research, carried out by collecting data through information from articles and other scientific materials in order to analyze which teaching strategies PNAIC uses in its literacy process and what methodological criteria are developed for this process. The authors used as a theoretical source were: Almeida (2003); Boccato (2006); Teresa Colomer (2007); Giusta (1985); Angel Pérez Gómez (1995); Freire (1996); Rinaldi (2002); Isabel Solé (1998); Silva (2003); Soares (2003) and Piaget (1998, 2007) and studies from the PNAIC collection (2012). Therefore, it is concluded that the PNAIC has promoted socio-educational changes, with new perspectives regarding the teaching-learning process; through its methodologies, made available by the Education Secretariat, to schools, assisting teachers in their pedagogical practice; through activities, textbooks, complementary pedagogical works and educational games according to the literacy and individuality of each child, helping them to be literate until the right age.

**Keywords:** PNAIC. Portuguese language. Literacy.



## 1 INTRODUÇÃO

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi criado em 2012 para contribuir com o ensino pedagógico na escola. O PNAIC é um compromisso do governo Federal, e do distrito Federal, dos estados e municípios que assegura que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O PNAIC também visa reduzir a distorção idade-série na Educação Básica, melhorando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e contribuindo para o aperfeiçoamento do desempenho dos professores em sala de aula.

O objetivo do presente trabalho foi realizar uma reflexão acerca do PNAIC e o processo de alfabetização, com a intenção de verificar quais estratégias são utilizadas nesse processo.

Assim, o trabalho está ancorado no método de pesquisa bibliográfica, realizado através de coleta de dados e a partir de artigos e demais materiais de caráter científico, com o objetivo de analisar quais estratégias de ensino o PNAIC utiliza no seu processo de alfabetização e quais critérios metodológicos são desenvolvidos para esse processo.

Bocato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

As análises foram embasadas nas reflexões sobre os estudos da coleção do PNAIC (2012) e em autores como: Almeida (2003); Bocato (2006); Teresa Colomer (2007); Giusta (1985); Angel Pérez Gómez (1995); Freire (1996); Rinaldi (2002); Isabel Solé (1998); Silva (2003); Soares(2003) e Piaget (1998,2007).

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento abordamos a garantia de uma escola de qualidade para todos como consta na

Constituição Federal em seu art.205 e na Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB).

No segundo momento refletimos sobre a Língua Portuguesa e o seu processo de alfabetização e letramento; e no terceiro trabalhamos a importância da leitura para o processo ensino-aprendizagem.

Na terceira parte descrevemos os dados da pesquisa e, por fim, apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas nesse estudo.

## **2 A GARANTIA DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS**

A garantia do padrão de qualidade da educação é princípio constitucional da educação nacional, previsto no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal. Foi replicada na legislação infraconstitucional, no artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases, entendida como norma fundamental, diretriz, sem natureza de legislação exaustiva, mas que regula todos os sistemas de ensino.

Uma vez que a educação é obrigação do Estado e da família, a ser promovida e incentivada em colaboração com a sociedade (Constituição Federal, art. 205), a garantia de seu padrão de qualidade deve ser observada por todos os que exercerem a educação.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL,1988, p.104).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por

concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);

- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade.

A participação dos pais é de fundamental importância para a educação escolar e para o bom desempenho social da criança. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

O dever da família com o processo de escolaridade e sua importância no contexto escolar também é reconhecido na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que no seu artigo 1º traz o seguinte discurso:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p.7)

Sabemos que o direito à Educação Básica é garantido a todos os brasileiros e, segundo prevê a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-se a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art.22)

Nesse sentido, a escola é obrigatória para as crianças e tem papel relevante em sua formação para agir na sociedade e para participar ativamente das diferentes esferas sociais. Dentre outros direitos, é prioritário o ensino da Leitura e escrita, tal como previsto no Artigo 32:

Art.32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em se assenta a vida social.

Dessa forma, é trabalhado a alfabetização na escolaridade em ciclos, como uma política que tem a preocupação de construir uma educação emancipatória que vislumbra a criança como um leitor e um produtor de textos. Desse modo, a alfabetização passa a se tornar um instrumento e fator decisivo para a conquista e o exercício da cidadania.

Como aponta Soares (2006, p. 58):

[...] enquanto a posse e o uso pleno da leitura e da escrita sejam privilégio de determinada das classes e categorias sociais como tem sido-elas assumem papel de arma para o exercício do poder, para legitimação da dominação econômica, social, cultural, instrumentos de discriminação e de exclusão.

Dessa forma, a sala de aula precisa ser um espaço que transmita alegria e prazer para que o aluno possa despertar esse gosto pela leitura. Por isso, é importante organizar a sala e o cantinho da leitura e reservar um espaço para o manuseio de livros de literatura infantil, gibis e histórias em quadrinhos, por exemplo. Assim, enquanto o professor estiver trabalhando com os alunos que estão com dificuldades na leitura e escrita, aqueles que estão mais avançados podem ser incentivados a realizar a leitura como um ato de fruição. A sala de aula deve ser um lugar seguro, prazeroso e harmonioso, que estimule o aluno a fazer parte da escola e a desenvolver suas habilidades no que se refere ao processo de alfabetização.

Sabemos que cada criança possui suas dificuldades particulares. Porém, é necessário saber lidar com cada situação. Para isso, é importante que o professor busque planejamentos e estratégias de ensino diferenciadas e apropriadas para cada particularidade. Gómez (1995) coloca que, ao planejarmos, aprendemos a “construir e comparar novas estratégias de ação, novas fórmulas de pesquisa, novas teorias e categorias de compreensão, novos modos de enfrentar e definir problemas”. (GÓMEZ, 1995, p. 10).

Através dos planejamentos criamos possibilidades e práticas educativas para saber lidar com as dificuldades que surgem na sala de aula. Mas, para isso, é necessário estar em constante aprendizagem.

Paulo Freire nos diz que somos seres programados para aprender:

É esta percepção do homem e da mulher como seres programados, mas para aprender e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por um de ditadura racionalista. Nem tampouco compreendi a prática educativa como uma experiência que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual. (FREIRE, 1996, p. 54)

Desse modo, entendemos que a função da escola, hoje, é muito mais do que transmitir conteúdos sistematizados, ela deve incluir a aquisição de hábitos e habilidades e a formação de uma atitude correta frente ao próprio conhecimento, uma vez que o aluno deverá ser capaz de ampliá-lo e reconstruí-lo, quando necessário, além de aplicá-lo em situações próprias do seu contexto de vida.

A escola deve ser concebida como um espaço social em que pessoas que assumem diferentes papéis interagem no sentido de promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes. (CADERNO DE APRESENTAÇÃO, 2012, p.14)

De acordo com Giusta (1985, p.28), “A escola não deve separar prática da teoria, o fazer do pensar”. É preciso que ela seja coerente com o discurso que prega: de inclusão, cooperação, participação, democracia, formação humana, ética, etc. A escola precisa trabalhar de forma a despertar o gosto do

aluno por fazer parte da comunidade escolar, onde as dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas a preconceitos, medo, timidez, rejeição social, entre outros, pois a confiança social é muito importante para a autoestima da criança.

### **3 LÍNGUA PORTUGUESA: PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

O processo de alfabetização e letramento está interligado a leitura e escrita, ambos desde cedo estão presentes na Educação Infantil por meio de diferentes tipos de gêneros literários; e atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. A leitura e a escrita precisam ser trabalhadas de modo integrado e contínuo para que haja o aprimoramento. Porém, não basta serem desenvolvidos apenas em sala de aula, é necessário serem trabalhados no convívio social e por meio da família, que é um dos fatores primordiais para a criação de condições favoráveis para essa aprendizagem.

O sistema de alfabetização é complexo e exige um ensino sistemático e problematizado, desenvolvendo as capacidades de leitura e de produção de textos, que ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado também logo no início da Educação Básica, garantindo o acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconhecem como protagonistas de sua própria história.

Vale ressaltar que conhecimentos em diversas áreas curriculares podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler e escrever sobre temas diversos e agir na sociedade de modo integrado.

Nesse sentido, a alfabetização é uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de transmitir de forma plena e clara o que ensina e como ensina. Não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso mais que isso, é necessário ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente a sua prática docente.

A alfabetização é o processo de aprendizagem, no qual se desenvolve habilidades de leitura e escrita. Já o letramento é o desenvolvimento do uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais.

Então, uma das principais diferenças está na qualidade do domínio sobre a leitura e a escrita. Ser alfabetizado é saber codificar e decodificar o sistema de escrita, e letrado vai além, é ser capaz de dominar o uso da língua no seu cotidiano, nos mais distintos contextos. O indivíduo alfabetizado é o sujeito que sabe ler e escrever e as suas atividades estão relacionadas a codificação e decodificação. Assim, o ensino da alfabetização está relacionado a tornar o indivíduo apto a desenvolver os mais diversos métodos de aprendizado da língua. O indivíduo letrado sabe usar a leitura e a escrita de acordo com as demandas sociais. As atividades do letramento envolvem organizar discursos, interpretação e compreensão de textos e reflexão. O seu ensino habilita o sujeito a utilizar a escrita e a leitura nos mais diversos contextos.

Nesse sentido, no processo de alfabetização e letramento existe uma diferença entre o domínio que o sujeito tem sobre a leitura e escrita, ou seja, o sujeito alfabetizado sabe ler e escrever, porém pode estar pouco habituado a usar essas habilidades nas suas práticas cotidianas. Enquanto o indivíduo letrado tem o domínio da leitura e da escrita nas mais diversas situações e práticas sociais existentes.

Ainda de acordo com Soares (2003, p. 53):

[...] ou se atribui à alfabetização um conceito demasiado amplo (muitas vezes até mesmo ultrapassando os limites do mundo da escrita ou ao contrário, atribui-se a ela um conceito excessivamente restrito (mera decodificação de fonemas e decodificação de grafemas, como disse, igualmente perigosas: no primeiro caso, a qualidade da alfabetização é constituída de tão numerosos e variados atributos, que ela, sendo tudo, torna-se nada; no segundo caso a qualidade da alfabetização é constituída de tão limitados e modestos atributos que ela, sendo pouca, torna-se também nada.

Diante disso, através da alfabetização, o sujeito é capaz de codificar e decodificar uma língua, aprendendo a ler e escrever. Esse processo também possibilita ao sujeito desenvolver diversos métodos de aprendizado da língua.

A alfabetização é como um processo que integra a aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética, no qual a criação de conhecimentos e habilidades favorece a interação das crianças por meio de textos orais e escritos que circulam na sociedade. Porém, é necessário que a escola disponibilize vários recursos didáticos para os alunos que irão favorecer a

reflexão sobre a língua, o que possibilita a realização de atividades como produção e compreensão de textos orais e escritos. Entre esses recursos estão os mais relacionados a reflexão sobre o funcionamento da Escrita Alfabética, os jogos de alfabetização, os kits enviados pelo MEC às escolas, entre outros jogos adquiridos pelas escolas ou produzidos pela equipe, necessários para garantir uma ação lúdica no processo de alfabetização e letramento.

A alfabetização é desenvolvida através da aquisição de leitura e da escrita, e o letramento da função social de ler e escrever. Podemos dizer que o letramento é o estado que um indivíduo ou grupo social alcança depois de se familiarizar com a escrita e a leitura, possuindo uma maior experiência para desenvolver as práticas do seu uso nos mais diversos contextos sociais.

Um indivíduo letrado é capaz de se informar por diversos meios, como jornais, receitas e ainda criar discursos, interpretar textos, interagir entre as pessoas por meio de rede sociais, entre outros. Um indivíduo alfabetizado não significa necessariamente que é um indivíduo letrado. Da mesma forma, um sujeito pode ser capaz de realizar diversas atividades no seu cotidiano em que necessita obter o letramento, pode ser através de um preenchimento de recibo, sem que ele seja alfabetizado.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

A língua portuguesa é fundamental no processo de alfabetização. Através dela é possível desenvolver uma leitura significativa, dentro da norma culta, nas práticas sociais; sabendo codificar e decodificar.

O processo ensino-aprendizagem é importante para aprender as regras gramaticais e saber fazer uso delas por meio da prática da leitura e escrita. Porém, esse processo é gradativo e vai melhorando a cada dia, seja na área profissional ou no convívio social, a norma culta vai sendo aperfeiçoada a cada momento. Ensinar leitura para os alunos da educação básica não é tarefa fácil porque não basta apenas ensinar a decifrar códigos, é necessário que o aluno tenha o prazer em praticar a leitura e sinta essa necessidade tanto na sua vida pessoal, quanto na profissional ou acadêmica.

Trabalhar a leitura através de livros didáticos é interessante e deve ser



realizado de maneira diferenciada; caso seja uma turma com alunos de níveis diferentes. Segundo o caderno, a heterogeneidade em sala de aula e a diversidade das atividades são importantes. O relato de uma professora que realizou atividades de leitura com o livro didático em uma turma com diferentes níveis de aprendizagem, nos traz que as atividades realizadas com o livro didático começavam da seguinte maneira: primeiro uma leitura silenciosa por aqueles que conseguem ler com autonomia. Em seguida ela dá um tempo para que eles leiam tudo; enquanto as outras crianças não conseguem ler e estão apenas olhando o livro. Nesse momento ela diz que os alunos ficam ociosos porque não conseguem fazer a leitura do texto. Depois ela propõe que seja realizada uma leitura coletiva; então ela faz a leitura pra eles porque os estão fazendo a leitura já leem e muitas vezes não compreendem o que leram. Então eles voltam para ver o que leram. A professora diz que é proveitoso ler mais de uma vez o texto, entre duas ou três vezes para poder compreender o que leu. Após a leitura coletiva ela propõe questões para serem respondidas sobre o texto. Há momentos em que a professora realiza a compreensão do texto oralmente, ou por escrito. Já para os alunos que não leem com autonomia ela propõe outra atividade, um trabalho com a localização de palavras no texto, como exemplo ela pede para circular palavras que eles já conhecem. Então, geralmente, são palavras pequenas, de duas ou três sílabas, e não contendo sílabas complexas.

Izabel Solé (1998, p. 47):

Se ensinarmos um aluno a ler compreensivamente e aprender a partir da leitura, estamos fazendo com que ele aprenda a aprender, isto é, com que possa aprender de forma autônoma em uma multiplicidade de situações.

Diante dessas estratégias, a leitura deve ser prazerosa e não uma ação forçada, a criança precisa ser estimulada a gostar de ler, pois além de aprimorar o vocabulário da criança, os textos literários, e o contato da criança com histórias amplia o seu horizonte cultural e linguístico, dentre muitos outros aspectos. O hábito da leitura, seja por prazer, por estudo ou para se informar sobre algo aprimora o vocabulário e aguça o raciocínio e a interpretação.

O jogo é reconhecido como um meio de fornecer à criança um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido, que possibilite a aprendizagem

de várias habilidades. Na educação infantil, mediante a brincadeira, a fantasia, a criança, o jogo ajuda no desenvolvimento de algumas capacidades psicológicas, tais como: memória, avaliação e resolução de problemas.

Piaget (1998) afirma:

O jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório motor e de simbolismo, uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil (p.160).

O jogo é um método importante para educação, pois permite o desenvolvimento afetivo, motor, cognitivo, social, e oral e moral, também favorece a aprendizagem de conceitos e enrique o desenvolvimento intelectual.

Diante disso, a escola deve ser um ambiente de aprendizagem e conhecimento, mas precisa promover atividades lúdicas que ajudem na socialização das crianças, para que todas elas, com dificuldades ou não, estejam realmente incluídas em seu planejamento.

O educador e o educando, a cada dia, vivem em constantes evoluções sociais, das quais cada um tira proveito do que lhes é oferecido, pois ambos podem passar e receber afetos. Na escola, há uma diversidade de pessoas, possibilitando interação mútua entre os componentes e ao mesmo tempo oferecendo situações e experiências essenciais para a construção do indivíduo como pessoa.

Um ato de grande importância para a aprendizagem do ser humano é a leitura, seja por meio de livros ou através dos jogos educativos, pois contribui para o aprendizado de conteúdos específicos, e aprimora a leitura e a escrita.

O contato com os livros também ajuda ainda a formular e organizar uma linha de pensamento e a memorizar conteúdos. O hábito da leitura pode também funcionar como um exercício de fixação, pois boa parte dos assuntos estudados na escola é ensinada apenas na teoria. Além disso, durante a leitura, é possível notar faces diferentes de um mesmo assunto, descobrindo um mundo novo, cheio de coisas desconhecidas. Portanto, compreendemos que a criança que brinca aprende.

O brincar é caracterizado essencialmente pela invenção, é preciso estar reinventando nossa forma de atuar na escola para garantirmos que o tempo e espaço da brincadeira deixem de ser visto apenas como “recreio” e ganhem legitimidade dentro da sala de aula.

É importante que as crianças conheçam brincadeiras, músicas e jogos que envolvam tradições culturais de sua vivência e de outras gerações, reconhecendo as brincadeiras antigas como manifestações culturais.

É comum algumas pessoas dizerem que não têm paciência para ler um livro, mesmo que seja algo do nosso interesse. No entanto, é apenas uma questão de hábito, de transformar a leitura em prazer. Vale ressaltar que, além dos livros didáticos, é interessante buscar outras obras, independente do seu conteúdo.

Diante disso, mesmo cumprindo o cronograma escolar, por exemplo, os estudantes podem dedicar-se a leituras descompromissadas, como histórias do seu interesse, a exemplo de poesias, romances, epopeias, jornais, revistas, entre outras. Vale tudo quando a intenção é viajar pelas páginas de uma obra literária e utilizar a imaginação.

Caderno de apresentação (2012, p.26)

O papel da escola, quando se trata de do processo de alfabetização, é ensinar o sistema de escrita e propiciar condições de desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos. Isto é desde da escrita alfabética dos primeiros anos de escolarização, espera-se que os docentes planejem situações de escrita que, ao mesmo tempo favoreçam a aprendizagem do funcionamento da escrita alfabética e possibilitem o acesso aos textos escritos de modo a garantir a inserção social em diversos ambientes e tipos de interação.

O hábito da leitura deve ser estimulado ainda na infância para que o indivíduo, desde cedo, se torne um bom leitor. Ler é algo importante e, acima de tudo, prazeroso. Uma leitura realizada com prazer desenvolve a imaginação e a criatividade.

Vale lembrar que o gosto pela leitura, além de levá-la a mergulhar no mundo encantado da literatura, desenvolve também o seu horizonte cultural, linguístico e literário, dentre muitos outros aspectos.

Teresa Colomer (2007, p. 29):

[...] a educação literária serve para que as novas gerações incursionem no campo do debate permanente sobre a cultura, na confrontação de como foram construídos e interpretados as ideias e os valores que a configuram. Por conseguinte, trata-se de desenvolver uma capacidade interpretativa, que permite tanto uma socialização mais rica e lúdica dos indivíduos como a experimentação de um prazer literário que se constrói ao longo do processo.

É importante que desde cedo os alunos tenham acesso aos diferentes gêneros discursivos, pois eles contribuem para que os estudantes possam se perceber como sujeitos políticos possuidores de cultura, e, como tais, sejam agentes de intervenção social, responsáveis pelas suas ações. Nesse sentido, a leitura e a escrita estão interligados e precisam estar integrados aos diferentes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, História, Matemática, Geografia e Ciências.

Além dos componentes curriculares é necessário que todas as atividades realizadas sejam planejadas e desenvolvidas de acordo com a necessidade da turma, ou do local onde será transmitido, fazendo com que seja prazeroso, facilitando o desenvolvimento e a compreensão da criança.

## **5 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA**

Diante dos dados analisados acerca do –PNAIC, o programa auxilia os professores na formação continuada por meio de projetos didáticos, atividades complementares, obras literárias, jogos educativos, entre outros, e mudanças estruturais que ajudam os docentes e os demais profissionais das escolas a propiciarem melhores condições de aprendizagem para suas crianças. Sendo assim, é necessário que não apenas os estudantes sejam avaliados, mas é importante também que os docentes, juntamente com as equipes de coordenação pedagógica, os programas desenvolvidos pelas secretarias, o próprio documento de orientação curricular, entre outros, passem por avaliações.

Isso deve ser encarado como um processo de pesquisa, no qual os integrantes da escola analisam as condições de ensino e aprendizagem e estabeleçam estratégias para melhorar a qualidade do trabalho realizado com as crianças. Não basta apenas concluir o curso de graduação, é necessário

que o professor busque sempre estar em constante reinvenção para aprimorar os conhecimentos.

É importante também que os professores compartilhem as suas experiências com outros profissionais da educação, para que possam refletir sobre a sua própria prática pedagógica, seja para superar as suas dificuldades ou para aprimorar seus conhecimentos com outras sugestões de ensino. Assim, é possível avaliar nossas próprias práticas, sendo fundamental para que possamos melhorar a qualidade do nosso ensino.

O componente curricular Língua Portuguesa traz alguns eixos importantes para serem trabalhados. Os direitos são organizados em quatro eixos centrais:

- Leitura;
- Produção de texto;
- Linguagem oral;
- Análise linguística.

Na leitura há três dimensões que estão interligadas e precisam ser enfatizadas: a dimensão socio discursiva; o desenvolvimento de estratégias de leitura e o domínio dos conhecimentos linguísticos.

O PNAIC foi criado com o objetivo de que as crianças que concluem o terceiro ano do ensino fundamental estejam devidamente alfabetizadas. Diante disso, o Programa, no seu primeiro ano, distribuiu três cadernos introdutórios: Apresentação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; Caderno de formação de professores e; Caderno de Educação Especial. Oito cadernos para cada ano e para as escolas do campo. Os conteúdos existentes nos cadernos são textos teóricos sobre os temas de formação, possuem relatos de experiências de professores na sua prática docente, sugestões de atividades e ainda disponibilizam confecções de materiais didáticos como jogos educativos.

O Ministério da Educação e a Secretaria da Educação desenvolveram o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo qual são distribuídos livros didáticos para escolas brasileiras. O livro é um material muito importante no cotidiano dos professores. Em 2010 foram distribuídas as coleções didáticas em dois grandes grupos: o primeiro voltado para os dois anos de escolaridade,

que reúne coleções de letramento e alfabetização linguística e alfabetização matemática; o segundo com as coleções relativas aos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática para os 3º, 4º e 5º ano e as coleções didáticas de Ciências, História e Geografia para os 2º, 3º, 4º e 5º ano, além dos livros regionais de Geografia e História dirigidos aos alunos do 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental.

Os livros didáticos destinados ao ensino relativo ao componente curricular Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental contemplam os quatro eixos de ensino discutidos anteriormente. As coleções destinadas a esta etapa de escolarização, no eixo de análise linguística, tem como prioridade o ensino do Sistema de Escrita Alfabética.

Também são distribuídos livros pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD obras complementares) e o Programa Nacional da Biblioteca da escola (PNBE), que promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura aos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras literárias, de pesquisa e de referência. Há também o Programa Nacional da Biblioteca da Escola- Especial (PNBE Especial) que distribuiu em 2010 livros em formato acessível aos alunos com necessidades educacionais especiais sensoriais (Braille, Libras, Caracteres Ampliados e áudio).

Foram entregues 48 obras literárias destinadas ao Ensino Fundamental com o objetivo principal de favorecer o acesso ao universo literário em outros formatos, de modo a abranger as crianças com necessidades educacionais especiais. Além disso, também há o Programa Nacional do Livro Didático - Dicionários.

O dicionário é um tipo de obra de consulta que, se não for introduzido no mundo da criança de forma lúdica, dinâmica, tende a ser rejeitado. Por isso, no Programa Nacional Livro Didático (PNLD) os dicionários são selecionados tomando a representatividade e a adequação do vocabulário selecionado. E, por fim, o programa disponibiliza jogos de alfabetização que são distribuídos pelo Ministério da Educação às escolas; vêm com 10 jogos que contemplam diferentes tipos de conhecimentos, relativos ao funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética. Em 2013 essas matérias foram destinadas pelo MEC aos sistemas que aderiram ao PNAIC.

Os jogos são uma forma de atrair as crianças para a leitura por meio de brincadeiras. De acordo com o caderno “Brincar de reinventar histórias”, o brincar e o aprender andam juntos; ou seja, as brincadeiras desenvolvidas nos ambientes escolares fazem parte do aprendizado.

Se o brincar se caracteriza essencialmente pela invenção, é preciso reinventar nossas formas de atuar, é preciso na escola para garantir que o tempo e espaço da brincadeira deixem de ser vistos como “recreio e ganhem legitimidade dentro da sala de aula. (BRASIL, 2012, p. 9)

De acordo com Leal *et al.*, 2008, p. 19-20, os jogos são classificados em três grandes blocos:

### **1. Jogos que contemplam atividades de análise fonológicas, sem fazer correspondência com a escrita**

- Bingo dos sons iniciais;
- Caça rimas;
- Dado sonoro;
- Trinca mágica;
- Batalha de palavras.

Desse modo, os jogos auxiliam as crianças a tomar os sons como objeto de reflexão, de modo que os estudantes podem mais facilmente perceber que, para escrever, precisam refletir sobre como se constituem as palavras e quais são as semelhanças e diferenças entre as palavras quanto à dimensão sonora.

### **2. Jogos que levam a refletir sobre os princípios do sistema de Escrita Alfabética**

- Mais uma;
- Troca de letras;
- Bingo da letra inicial;
- Palavras dentro de palavra.

As brincadeiras com esses jogos favorecem a reflexão sobre o funcionamento do sistema de escrita, ou seja, os princípios que constituem a base alfabética, promovendo reflexões sobre as correspondências entre letras ou grupos de letras e fonemas.

### **3. Jogos que ajudam a sistematizar as correspondências entre letras ou grupos de letras e fonemas**

- Quem escreve sou eu.

Este jogo é importante, sobretudo, para crianças que já entendem o funcionamento do sistema de escrita e estão em fase de consolidação dos conhecimentos das correspondências entre letras ou grupo de letras e os fonemas.

John Dewey (1920) defendia que “o jogo faz o ambiente natural da criança, ao passo que as referências abstratas remotas não correspondem ao interesse da criança” (apud ALMEIDA, 2003. p.24).

Além dos jogos educativos, os diferentes espaços escolares também contribuem para o processo ensino-aprendizagem: a sala de aula, a biblioteca, a brinquedoteca, a sala de leitura, o pátio, a quadra de esportes, a sala de informática, a diretoria. A criança precisa se sentir integrante da comunidade escolar, assim como seus pais e demais moradores do bairro. Quanto mais respeitada e valorizada pela comunidade, maior a possibilidade da escola receber apoio, ajuda e ser reconhecida como espaço cuja responsabilidade deve ser partilhada por todos os atores da comunidade.

Assim, os diferentes ambientes escolares merecem cuidado, tratamento quanto à conservação, à limpeza, às melhorias, no intuito de fazer com que todos se sintam motivados a permanecer na escola.

A escola precisa ter um espaço físico para trabalhar as diversas áreas da educação, caso não haja possibilidades de ser realizadas aulas de campo.

Rinaldi (2002) diz que:

[...] O ambiente escolar deve ser um lugar que acolha o indivíduo e o grupo, que propicie a ação e a reflexão. Uma escola ou uma creche é antes de tudo, um sistema de relações em que as crianças e os



adultos não são apenas formalmente apresentados a organizações, que são uma forma da nossa cultura, mas também a possibilidade de criar uma cultura. [...] É essencial criar uma escola ou creche em que todos os integrantes se sintam acolhidos, um lugar que abra espaço às relações (p. 77).

De acordo com suas afirmações, percebemos que a escola dificilmente tem essa preocupação sobre o espaço físico que a constitui, para desenvolver as atividades. Até então não vemos uma estrutura adequada e organizada fisicamente para acolher a criança e integrá-la a este ambiente. O que geralmente acontece é que os alunos são apresentados a uma estrutura física escolar a qual se espera que todas as crianças se adaptem, sem levar em consideração suas particularidades.

Um ponto interessante que o PNAIC aborda é o professor planejar sempre os momentos da turma, visto que não é necessário que todos estejam nos mesmos espaços, em um mesmo tempo. É importante organizar a sala e o cantinho da leitura. A organização dos espaços na sala é fundamental para o atendimento heterogêneo. O professor pode utilizar a biblioteca para uma parte da turma enquanto a outra esteja digitando um texto na sala de informática. É imprescindível, criar, nas escolas, locais de aprendizagem e tornar menos rígidas as fronteiras dos tempos e espaços. As escolas, nos campos, nos bosques, nas matas, nos espaços de plantações, nas cooperativas de beneficiamento e o comércio também precisam ser conhecidos como espaços educativos. É preciso promover a circulação nesses ambientes com olhar investigativo. Por isso, é importante o planejamento das aulas com antecedência para que não haja eventuais problemas. Segundo Paulo Freire, “a prática não planeja produz um saber ingênuo, um saber de experiência [...] (na qual) falta rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito” (FREIRE, 1996, p.43).

O PNAIC traz a necessidade e a importância do professor realizar um diagnóstico com as crianças para identificar em qual parte do processo de alfabetização e letramento ela se encontra; para que possa ser trabalhada a dificuldade; assim o professor estimula a criança à prática da leitura de maneira atrativa, prazerosa e lúdica, fazendo que o aluno sinta-se à vontade em ler, aprender e buscar novos conhecimentos de maneira agradável. Após a realização desses diagnósticos, o professor registrará suas observações de

ensino e aprendizagem que serão reveladas através das atividades desenvolvidas; com isso possibilitará o aprimoramento de suas ações para a construção do conhecimento das crianças. É interessante também que os professores criem recursos pedagógicos na própria escola, para os alunos de diferentes níveis. Assim, o professor saberá identificar em qual nível de leitura a criança se encontra, para estimular a prática da leitura e identificar se existe alguma dificuldade na criança impossibilitando o seu desenvolvimento.

O papel da escola, quando se trata do processo de alfabetização, é ensinar o sistema de leitura e escrita e proporcionar condições de desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos. Isto é, desde os primeiros anos de escolarização, espera-se que o docente planeje situações de escrita que ao mesmo tempo favoreçam a aprendizagem do funcionamento da escrita alfabética e possibilitem o acesso aos textos escritos de modo a garantir a inserção social em diversos ambientes e tipos de interação.

O indivíduo hoje alfabetizado não é aquele que domina apenas os rudimentos da leitura e escrita, que é capaz de ler e escrever palavras, é preciso que a pessoa alfabetizada seja capaz de ler e escrever em diferentes situações sociais, para que possa então inserir-se e participar ativamente de um mundo letrado, frente às demandas sociais e aos avanços da tecnologia, que exigem sujeitos cada vez mais proficientes nas práticas de linguagem diversas.

É necessário que haja o cuidado em garantir o atendimento à diversidade de alunos, desde o primeiro ano. É fundamental para evitarmos que no terceiro ano encontremos um grande contingente de crianças com dificuldades em dominar o Sistema de Escrita Alfabética (SEA). Portanto, o aluno deve desenvolver suas convicções de forma autônoma e exercer a produção de textos e leitura de maneira variada, com competências que hoje vemos necessárias para considerar alguém alfabetizado.

Segundo observações, o envolvimento da família no processo de ensino e aprendizagem da criança é um fator fundamental para a contribuição do conhecimento da criança. Cabe aos diretores criar esses ambientes com os coordenadores pedagógicos e professores para que eles estabeleçam relações favoráveis com as famílias, acatando suas contribuições e fornecendo as

informações e orientações necessárias para ajudar na participação efetiva da vida escolar das crianças. Como diz Piaget (2007, p. 50):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...]

Uma gestão escolar democrática envolve os familiares dos alunos, informando o que está sendo planejado, prestando conta, periodicamente, do que é realizado na escola, orientando os pais para que não só acompanhe o aprendizado de seus filhos, mas colaborem no seu processo de aprendizagem.

Então vemos que é fundamental a família ser um participante ativo nesse processo de alfabetização, desde a educação infantil. Essa parceria se torna fundamental no final do primeiro ciclo, em especial para os alunos com mais dificuldade. Sendo assim, o ambiente familiar favorece para essa aprendizagem e estimula a criança no seu processo de alfabetização e letramento.

## **6 CONCLUSÃO**

Conclui-se, assim, que o PNAIC proporciona possibilidades para que a criança desperte o interesse pela leitura através do processo de alfabetização e letramento desenvolvido pelos professores. Desse modo, entendemos que é possível despertar na criança o interesse pela leitura, através das estratégias de ensino promovidas pelo PNAIC.

O PNAIC traz métodos que proporcionam a possibilidade de reinventar nossas práticas pedagógicas, fazendo com que a utilização de suas metodologias seja mais um suporte para o auxílio no processo de alfabetização e letramento.

Nessa perspectiva, a formação do professor alfabetizado aprimora o trabalho pedagógico, através de uma formação continuada para os professores desenvolverem em sala de aula. O Programa tem uma proposta significativa,

pois traz novas possibilidades de alfabetização para serem desenvolvidas em sala de aula.

Diante disso, a avaliação do Programa se dá através de alguns critérios: ter frequência aos encontros presenciais (mínimo de 75%); realizar as tarefas previstas em cada unidade; avaliar as crianças e preencher o quadro de acompanhamento de aprendizagem dos alunos; fazer auto avaliação da sua prática docente, com base no período de cada encontro da formação, através das contribuições do curso em sua prática pedagógica e em seguida relatar uma experiência no Seminário Final do Programa.

Dessa forma, o PNAIC vem provar que é possível alfabetizar a criança através de estímulos, trabalhando a alfabetização de maneira lúdica, harmoniosa e interativa, despertando para a prática e o gosto pela leitura.

Diante das nossas análises e observações sobre o PNAIC, o Programa tem desenvolvido o processo de alfabetização dentro das expectativas esperadas de maneira autônoma, positiva e satisfatória. Assim, através da formação continuada do PNAIC, é possível perceber que sempre existirão lacunas porque são vários métodos de ensino e diversas maneiras diferentes de transmitir conhecimentos. Porém, é necessário está em constante mudança, possibilitando aos docentes renovar sempre suas atividades pedagógicas e rever seus conceitos e métodos de alfabetização para aprimorar seus conhecimentos e obter melhores resultados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Paulo Nunes de. **Educação Lúdica**: técnica e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2003.

ART. 205. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Senado. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp) Acesso em: 14.nov.2019.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.

BRASIL.**Secretaria de Educação Básica.Diretoria de Apoio a Gestão Educacional**. Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade certa :planejamento e organização da rotina na alfabetização: ano 03, unidade 02/Ministério da Educação Básica, Diretoria de apoio à gestão Educacional -Brasil, MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional**. Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade certa: o último ano do ciclo de alfabetização: consolidando conhecimentos ano 03, unidade 03/Ministério da Educação Básica, Diretoria de apoio à gestão Educacional - Brasil, MEC,SEB,2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional**. Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade certa: vamos brincar de reinventar histórias: ano 03, unidade 04/Ministério da Educação Básica, Diretoria de apoio à gestão Educacional. Brasil, MEC, SEB,2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional**. Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade certa: caderno de apresentação: /Ministério da Educação Básica, Diretoria de apoio à gestão Educacional. Brasil, MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional**. Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade certa: o direito de ser alfabetizado ano 3, unidade 1 /Ministério da Educação Básica, Diretoria de apoio à gestão Educacional. Brasil, MEC, SEB,2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional**. Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade certa: A

heterogeneidade em sala de aula e a diversidade das atividades: ano 02, unidade 07/Ministério da Educação Básica, Diretoria de apoio à gestão Educacional. Brasil, MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional.** Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade certa: Progressão escolar e avaliação: o registro e a garantia de continuidade das aprendizagens no ciclo de alfabetização: ano 03, unidade 08/Ministério da Educação Básica, Diretoria de apoio à gestão Educacional. -Brasil, MEC, SEB,2012.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros.** A leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire. São Pulo: Paz e Terra,1996. (Coleção Leitura).

GIUSTA, Agneta da Silva. Concepções de Aprendizagem e Práticas Pedagógicas. In: **Educ.Rev.** Belo Horizonte, v.1, 24-31, 1985.

LDBE. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Jus Brasil.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691412/artigo-32-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> Acesso em: 11.nov. 2019.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RINALDI, Carlina. Reggio Emilia: a imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental. In: GANDINI, L; EDWARDS, C. (Org.). **Bambini:** a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura.** 6ª Ed. Porto Alegre: Médica: Artes. Médicas,1998.

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora. In: SILVA, Janssen F.; HOFFMANN, Jussara & ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo.** Porto Alegre: Dimensão, 2003.